

**A. I. Nº** - 140844.0001/14-1  
**AUTUADO** - MG3 DISTRIBUIDORA DE BEBIDA EIRELI  
**AUTUANTE** - NEY SILVA BASTOS  
**ORIGEM** - INFAZ SERRINHA  
**INTERNET** - 06.06.2014

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0102-02/14**

**EMENTA:** ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. MULTA DE 1% DO VALOR COMERCIAL DAS MERCADORIAS NÃO ESCRITURADAS. Infração não impugnada. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. BENS DESTINADAS AO ATIVO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 17/01/2014, para constituir o crédito tributário ao ICMS no valor histórico de R\$13.336,04, em razão de:

INFRAÇÃO 01 – 16.01.02 - Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) não tributável (s) sem registro na escrita fiscal. Multa de 1%. Valor da infração R\$7.755,09.

INFRAÇÃO 02 – 06.01.01 – Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. Valor R\$5.580,95.

O autuado ao impugnar o lançamento tributário, folha 16, solicita revisão do auto de infração referente à infração 02, alegando que, na Nota Fiscal de nº 72.112, no campo de observações, está descrito que trata-se de aquisição de veículo via BNDES Finame Leasing, portanto, acredita não caber a cobrança de ICMS no ato do faturamento.

O autuante, em sua informação fiscal, folha 26, informa que as irregularidades encontradas durante a execução dos trabalhos de auditoria fiscal foram tipificadas e detalhadas no item “DESCRIÇÃO DOS FATOS” no Auto de Infração, “A” a “B”, e descritas como “Infração 01” e “infração 02”, e demais observações transcritas no Auto de Infração bem como nos Demonstrativos apensados ao mesmo, do qual fazem parte integrante (fls. 09 a 12), de forma clara e precisa.

Diz que a autuada apresentou uma petição solicitando revisão da infração nº 02, se omitindo quanto à infração nº 01, entendendo o autuante que caracteriza concordância com as ocorrências narradas nesta infração e conseqüentemente com a constituição do crédito tributário.

Quanto à infração 02, aduz que a autuada apresenta cópia do CERTIFICADO DO REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (folha 22), como prova que o veículo de placa policial nº NTK 9044, e nº do CHASSI do veículo, onde consta a observação da alienação ao Banco Itaú, é o mesmo adquirido através da nota fiscal nº 72.112, contudo, assevera que não há como vincular os dados do veículo constantes no certificado com as informações na nota fiscal, fls. 16 a 18 dos autos, apensada à petição, pois, na referida nota, não há referência do nº do CHASSI.

Ao final, salienta que não há como aceitar prova de que o veículo adquirido está alienado.

## **VOTO**

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir ICMS e aplicar multa decorrente de 02 infrações.

Em sua defesa, o sujeito passivo silenciou em relação à infração 01. Entendo este silêncio com reconhecimento tácito do novo valor reclamado, conforme Art. 140, do RPAF/99, o qual determina que *“O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.”*. Infração caracterizada.

Assim, no caso em tela, a lide persiste em relação a infração 02, a qual passo a analisar.

Na infração 02, é imputado ao autuado que deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

Em sua defesa o sujeito passivo alegou que na Nota Fiscal de nº 72.112, no campo de observações, está descrito que trata-se de aquisição de veículo via BNDES Finame Leasing, portanto, acredita não caber a cobrança de ICMS no ato do faturamento.

Por sua vez, o autuante, na informação fiscal, alegou que não há como vincular os dados do veículo do CERTIFICADO DO REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO, acostado à folha 22 dos autos pela defesa, as informações na Nota Fiscal nº 72.112, fls. 16 a 18 dos autos, pois na referida nota, não há referência do nº do CHASSI.

Cabe registrar, que na sessão de julgamento, foi acostado aos autos cópia da Nota Fiscal eletrônica – NF-e, onde à folha 31 consta o nº do CHASSI, o qual é o mesmo do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, fls. 22, razão pela qual não acolho o argumento apresentando na informação fiscal.

Entretanto, igualmente não acolho o argumento apresentado pela defesa, pois não restou comprovado se tratar de operação de Leasing, uma vez que no citado Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo consta o nome do contribuinte autuado e que se refere a uma alienação fiduciária, operação em que não há previsão de não incidência do ICMS diferença de alíquota.

Logo, a infração 02 restou caracterizada.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA TOTAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **140844.0001/14-1**, lavrado contra **MG3 DISTRIBUIDORA DE BEBIDA EIRELI**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$5.580,95**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, alínea “f” do art. 42 da Lei nº 7.014/96, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$7.755,09**, prevista no inciso XI, do art. 42, da citada Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de junho de 2014.

FERNANDO ANTONIO BRITO ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR